

## LUTA CONJUNTA PARA BARRAR OS EFEITOS DA REPRESSÃO

"A tua luta e as tuas ideias te colocam em risco?": essa foi a pergunta que impulsionou o debate sobre a segurança de quem luta no último Quartas Temáticas, no final de abril, na CaSaNaT. Da análise de conjuntura e da troca de experiências, saíram duas conclusões: primeiro, independente de quem estiver na Presidência da República, não há dúvidas que o cenário de repressão vai piorar, com censura e criminalizações do movimento. Segundo, provavelmente não haverá escapatório das represálias, mas a luta pode barrar os efeitos. No texto abaixo, acompanhe como foi o debate que contou com a presença de Cláudia Ávila, Carlos Latuff, Onir Araújo, Marcelo Chalreo e Gustavo Castro (via web, direto de um local seguro não divulgado)

## Um golpe que tem exemplos

ssim como o processo jurídicomidiático usado na tentativa de impeachment da presidenta Dilma Rousseff não é novidade na América Latina (vide queda do Fernando Lugo, no Paraguai, e do Manuel Zelaya, em Honduras), o desmantelamento dos movimentos sociais também é uma característica que se apresenta em outros países. "Chegamos a essa situação onde se deu um processo absurdo de cooptação do movimento popular, social. Isto não é um privilégio do Brasil. Aconteceu na Argentina, aconteceu no Equador, aconteceu em outros Estados também. Com as mesmas degenerações, os mesmos resultados. Veja o resultado da eleição argentina recentemente. Não é uma situação isolada e não podemos vêla isoladamente. A construção disso, das consequências e do aparato repressivo é mais ou menos o mesmo", analisou Marcelo Chalreo, advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. "Há uma reorganização das forças de produção do grande capitalismo internacional que tem necessidade de manter o domínio sobre as Américas, principalmente a América Latina, Ásia, África". Para Marcelo, vivemos um processo de aumento da concentração e acumulação do capital. Para isso, as matérias-primas surrupiadas destes territórios são ainda mais necessárias, o que traz, como uma das principais consequências, as violações de direitos e a impunidade: "Eliminar Berta Cáceres e outras lideranças faz parte do jogo. Assim como se elimina indígenas do Mato Grosso do Sul a guilo", ressalta Marcelo. Cláudia Ávila, advogada e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) equipara os sentimentos, as angústias e as contradições diárias dos movimentos sociais em diferentes cenários: "Sofremos as mesmas coisas, em diferentes proporções, mas sofremos sempre. As práticas de repressão que nós somos submetidos também são as mesmas. Além disso, vemos nossos companheiros da nossa base sofrendo todo o tipo de violência. Pata de cavalo, mordida de cachorro, taser (arma de choque usado pela Polícia Militar), bala nas costas". Esta repressão, segundo Marcelo Chalreo, faz parte de um alinhamento a nível internacional: "Há trechos inteiros de leis que se repetem, só muda o idioma. Mas o processo de repressão é muito semelhante, principalmente no que diz respeito aos povos originários, aos povos indígenas e assim por diante".

Marcelo, que percorre o Brasil em uma gira da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, também destaca o processo de privatização da segurança pública nos territórios de exploração da natureza, como zonas de mineração e de exploração de petróleo - práticas comuns no sul do Mundo: "Nestes locais, você praticamente não tem a presença de Estado nacional, mas tem presença das empresas transnacionais com as suas regras, inclusive com seus exércitos". O advogado contou que no Mato Grosso do Sul jagunços já são contratados como funcionários de empresas de segurança. Além de burlar a lei, este mecanismo permite, inclusive, que os próprios jagunços acionem a polícia militar para reprimir os indígenas que lutam pela terra.

E é desse mesmo Mato Grosso do Sul de onde vem a perseguição ao cartunista Carlos Latuff. Por causa de uma charge sobre a CPI do CIMI (Conselho Indigenista Misionário), que expõe o genocídio do povo

indígena no estado e a perseguição dos movimentos (no caso, do CIMI, representado por um religioso no desenho), está sendo processado por danos morais por um deputado estadual ligado aos latifúndios. "Esse deputado quer

de mim 50 mil reais por danos morais, sendo que nem é uma charge sobre ele, nem tem uma caricatura dele. Obviamente que isso é uma tentativa de intimidação."

Para militantes que correm risco de vida, existe o programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que acaba de ser reestruturado em um decreto da presidenta. Além do cerceamento da liberdade, comprometida com tensões cotidianas de, por exemplo, a desconfiança sobre o agente que está fazendo a sua segurança, Cláudia trouxe outras sensações sobre quem está submetido ao Programa: "A leitura de quem está de fora faz disso é de que é o cerceamento da liberdade, que deixa o sujeito nervoso, querendo sair dessa situação. Mas quem está dentro disso sabe muito bem que é claro que existe esse desconforto, essa angústia, mas o que mais dói é se sentir privilegiado à base que está enfrentando isso sempre, constantemente. O morador da periferia, para ficarmos na situação urbana, ele está constantemente submetido à repressão". E aí entra o questionamento do advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ. "As forças de segurança e de repressão atuam como agentes deste Estado que não é democrático muito menos é de direito. É só para quem está na superfície, na superestrutura da nossa sociedade. Mas para quem está abaixo da classe D isso não existe como uma realidade", avalia Marcelo.

Justamente a ineficiência do Estado (ou eficiência dos seus aparatos de violência) provoca um massacre da juventude negra. A fala do Onir Araújo, advogado e militante





de luta em combate a esta matança. Antes de entrar neste ponto, deu um recado a quem esperava a intervenção do morro na batalha contra o impeachment: "Virou da hora agora falar de preto. Sendo que nos temos um quadro nos últimos 13 anos, de 52 mil jovens negros, de 14 a 29 anos, vítimas de homícidio no país. A condução coercitiva é constante nos nossos territórios. Se falou muito que o morro ia descer contra o golpe. Sinceramente, gente, o morro não vai descer. A pauta concreta para isso não existe. Chamar o morro para defender uma democracia abstrata em que os que estão chamando nos chamam agora...".

## A piora do cenário repressivo

egundo notícia recebida pela Cláudia Ávila, o vice-presidente Michel Temer já havia formalizado um convite ao Secretário de Segurança de São Paulo para assumir Advocacia Geral da União no seu governo. "Eventual governo", se autocorrigiu Cláudia. "O Alexandre Moraes é um cara que além de ter advogado pelas empresas do PCC, é um cara hoje em frente da Secretaria de Segurança de São Paulo. Tem metido o verdadeiro terror nos movimentos. Tem enfrentado hoje diretamente a Torcida Organizada do Corinthians, a Gaviões da Fiel, em função do que ela está fazendo de bom que é denunciar a máfia da merenda. Reprimiu duramente as manifestações contra o aumento da passagem".

No caso do Rio Grande do Sul, o cartunista Latuff destaca o desenvolvimento das técnicas policiais, ainda no governo Tarso

Genro (2011-14) para reprimir os protestos e a livre manifestação: "A repressão está cada vez mais profissional, em 2013 a repressão aprendeu muito. A esquerda pode não ter aprendido lhufas, mas a direita e a repressão aprenderam muito, muito, muito. Tanto assim que uma coisa foi a polícia em 2013, outra coisa foi em 2014. Quem teve aqui na manifestação da Praça Argentina na Copa do Mundo viu como é que funcionou. Simplesmente o pessoal foi completamente imobilizado. Não conseguia ir de um lado para o outro, a polícia cercou todo mundo. Aprenderam com quem isso? Com a polícia da Alemanha. As polícias, elas trocam informações".

## Necessidade de mobilização e busca de pautas conjuntas

odos concordam que o diálogo entre os movimentos sociais e a busca de pautas conjuntas são passos a serem dados. Carlos Latuff, fazendo referência ao Gustavo Castro, militante do Otro Mundo Chiapas - Amigos de La Tierra México, que participou via web do Quartas Temáticas, destacou a relevância da troca internacional de experiências: "Eu acho importante que a gente possa ter esse intercâmbio com o pessoal de fora que nos capacite a lidar com isso. Porque, eu vou te dizer com toda a certeza, se o movimento social se mantiver na mesma linha que se mantém hoje, ele vai dançar fácil, fácil, fácil."

Onir destaca o tratamento dado ao movimento negro em processos como estes: "É um fato, o tratamento sempre dado ao movi-

mento social negro é de massa. E, quando a gente discute a necessidade de um protagonismo desse setor, ou seja, 'Que projeto nós temos para o Brasil?', isso envolve categoricamente uma discussão antisistemica. Mas nesse momento estamos como espectadores. Os setores tradicionais que estão tentando buscar uma saída tem que se ligar quanto a isso." Onir alerta: "E se quiser que o morro desca mesmo vai ter que ter uma pauta concreta que reflita essa necessidade". Segundo o advogado, a agenda central do povo negro é luta contra a matança. "E aí entra em toda discussão envolvendo a segurança pública. Uma elaboração séria e competente em relação a esse tema. Acaba sendo um círculo que nos coloca sempre em situação de superexploração e de violência. Neste momento o que queremos fazer é dialogar com força na Reparação Histórica e Humanitária. Incoporar a questão das garantias territoriais. Território é poder. Acho que vai precisar de muita solidariedade, muito encontro, muito se ver no outro e vice--versa, para que a gente tenha o mínimo de conforto, o mínimo de segurança para poder atuar, para poder trabalhar", defende Marcelo. No entanto, imediatamente destacou que isso não significa dizer que os movimentos sociais escaparão das represálias, de duras sanções: "Pelo menos poderemos tentar mitigar essas situações que certamente vão se apresentar, eu não tenho a menor dúvida que vão se apresentar".

Visite nosso site e conheça a organização: www.amigosdaterrabrasil.org.br

O Quartas Temáticas acontece mensalmente. A próxima edição está marcada para o dia 25 de maio, a partir das 18h30min, e terá como tema As mudanças do "novo" Código Florestal e as alterações no Código Ambiental do Rio Grande do Sul para se adequar. A dúvida é para quem servem estas alterações?





